



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 28/2022

Período: 06/08/2022 - 12/08/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Pedido de anistia de suposta amante do ex-presidente Figueiredo é desengavetado pelo governo Bolsonaro
- 2- Apoiadores temem que o tom golpista dos desfiles de 7 de setembro consolide rejeição ao presidente Bolsonaro
- 3- Militares avaliam a possibilidade de realizar contagem extraoficial dos votos da próxima eleição
- 4- Tensões entre o TSE e os militares I
- 5- Tensões entre o TSE e os militares II
- 6- Legisladores norte-americanos travam venda de mísseis ao Exército brasileiro
- 7- Repercussões da Carta em Defesa da Democracia
- 8- Deputado federal identificou remuneração extraordinária de militares

1- Pedido de anistia de suposta amante do ex-presidente Figueiredo é desengavetado pelo governo Bolsonaro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, um pedido de reconsideração de anistia de uma ex-servidora federal, que diz ter sido amante do ex-presidente militar João Baptista Figueiredo, será revisto após 12 anos pelo governo de Jair Bolsonaro (PL). Edine Sousa Correia, demitida do Serviço Nacional de Informações (SNI) ao fim da ditadura (1964-1985), quando José Sarney assumiu a Presidência, alega ter sido vítima de perseguição política, uma vez que Figueiredo não possuía uma boa relação com seu sucessor. Segundo o jornal, o pedido de anistia foi barrado, em 2004, devido à falta de provas; e o recurso da defesa nunca foi analisado. Atualmente, o processo tramita na Comissão de Anistia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cuja criação objetiva reparar vítimas e responsabilizar agentes da ditadura. A referida comissão já recebeu mais de 79 mil pedidos de indenização, dos quais 74 mil foram arquivados e 4006 aguardam análise. A reportagem acrescentou que o pedido de reparação da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), pelo tempo em que foi presa e torturada, foi negado em 2022. O referido ministério foi acusado de paralisar e negar pedidos em massa durante o governo Bolsonaro. (*Folha de S. Paulo - Política - 08/08/22*)

2- Apoiadores temem que o tom golpista dos desfiles de 7 de setembro consolide rejeição ao presidente Bolsonaro

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, após a confirmação de presença de Jair Bolsonaro (PL) no desfile militar na cidade do Rio de Janeiro em 7 de setembro e sua declaração de que o evento, tradicionalmente realizado na avenida Presidente Vargas, neste ano ocorreria na avenida Atlântica –local em que costumam ocorrer manifestações favoráveis ao presidente– houve o aumento da apreensão de seus aliados políticos. De acordo com o periódico, a possibilidade das festividades do dia da independência serem substituídas por novos atos golpistas preocupa os simpatizantes do presidente, que temem que os ataques às urnas eletrônicas possam consolidar sua rejeição e desencadear uma nova reação de diferentes setores econômicos. Durante a convenção que lançou Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro de seu governo, como candidato ao governo de São Paulo, Bolsonaro declarou que, pela primeira vez, as Forças Armadas desfilarão em Copacabana. Apesar de uma publicação do dia 04 de agosto no Diário Oficial do Município manter o desfile na região central, Bolsonaro reafirmou, no dia 6 de agosto, que no feriado participaria do ato em Copacabana. Porém, nesta última declaração, não fez referências à participação das Forças Armadas. A *Folha* afirmou que os aliados avaliam que o uso do Bicentenário da Independência para tentar repetir os ataques contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e para espalhar teorias da conspiração sobre as urnas eletrônicas se constituem em “um novo tiro no pé”, perspectiva exemplificada pela reunião realizada com embaixadores no Palácio da Alvorada no dia 18 de julho, a qual se sucederam manifestações contrárias da cúpula do Judiciário, de servidores de diversos órgãos do governo e até mesmo de governos estrangeiros. A adesão de parte do empresariado e da sociedade civil à carta em defesa do Estado de Direito, organizada pela Faculdade de Direito da USP, também foi resultado, de acordo com os próprios aliados de Bolsonaro, do discurso feito na reunião. A reportagem ainda informou que o candidato à vice na chapa, general Walter Braga Netto, teria sido escalado para conversar sobre o tema com Bolsonaro, pois, por mais que este desconfie do sistema eleitoral, não tem demonstrado interesse em incendiar a relação com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o STF, dizem assessores. A *Folha* também recordou o teor golpista das manifestações favoráveis ao atual presidente no último 7 de setembro, suas recentes declarações contrárias às instituições como o STF, e as convocatórias de protestos. (Folha de S. Paulo - Política -08/08/22)

3- Militares avaliam a possibilidade de realizar contagem extraoficial dos votos da próxima eleição

Em reportagem, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que integrantes do Ministério da Defesa estão avaliando a possibilidade de realização de uma contagem extraoficial dos votos da eleição que ocorrerá em outubro, iniciativa cobrada por Jair Bolsonaro (PL) desde abril. O plano de fiscalização, ainda não oficializado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), provavelmente utilizará os boletins impressos pelas urnas eletrônicas (registros do resultado de cada equipamento que indicam a quantidade de votos recebida por candidato e partido, nulos e brancos) após o encerramento da votação. Segundo a matéria, um general afirmou que a oficialização ao TSE depende de uma decisão política a ser transmitida pelo ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. O

Ministério alega que age de forma técnica, para contribuir com o aperfeiçoamento da segurança e transparência do sistema de votação. Para o periódico, tais argumentos abastecem a campanha política de descrédito das eleições empreendida por Bolsonaro. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, embora a contagem de votos pelas Forças Armadas seja uma missão não prevista na Constituição e nas diretrizes de Defesa Nacional, os militares compreendem que a apuração realizada por eles, a partir de dados oficiais do TSE, está incluída em suas possíveis atividades de auditoria. (*O Estado de S. Paulo - Política - 08/08/22*)

4- Tensões entre o TSE e os militares I

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, optou por duas decisões que tendem a aumentar a tensão entre o órgão e os militares. A primeira se refere à expulsão do coronel do Exército, Ricardo Sant'Anna, da Comissão de Fiscalização do Sistema Eletrônico de votação, após o mesmo disseminar mentiras sobre as urnas, o que levou seu perfil a ser deletado das redes sociais. Segundo o presidente do TSE, as mensagens compartilhadas eram de conteúdo falso e "se prestaram a fazer militância contra as mesmas urnas eletrônicas que, na qualidade de técnico, este solicitou credenciamento junto ao TSE para fiscalizar". O ofício também foi assinado pelo ministro Alexandre de Moraes, que assumirá o comando do referido tribunal no dia 16/08/22. No documento, Edson Fachin, além descredenciar o militar, também declarou que outro nome pode ser indicado, e o Ministério da Defesa afirmou em nota que buscava outro militar para substituir o coronel na função, ao passo que militares buscam abertura de procedimento disciplinar contra Sant'Anna. O favorito a substituir o coronel na comissão, escolhido pelo Comando do Exército, o tenente-coronel Gleyson Azevedo da Silva, também já fez postagens de viés político em suas redes sociais, criticando o Partido dos Trabalhadores (PT) e os ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, o que deve levar o seu nome a também ser descartado. A segunda decisão de Fachin se refere à negativa parcial ao pedido das Forças Armadas para o acesso a arquivos de pleitos passados, das eleições de 2014 e 2018, que foi enviado ao ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. O ofício assinado por Edson Fachin informa que entidades fiscalizadoras - como as Forças Armadas - "não possuem poderes de análise e fiscalização de eleições passadas, não lhes cumprindo papel de controle externo do TSE". Além disso, o prazo limite para apresentação de pedido se limitava a 13/01/2015 para o pleito de 2014, e 17/01/2019 para o de 2018. Os pedidos se referem justamente aos anos em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) alega ter havido fraude, mesmo sem apresentar nenhuma prova, além de suas teorias conspiratórias, o que demonstra a influência do presidente sobre as Forças Armadas. Por diversos momentos os militares questionaram a eficácia e a veracidade dos resultados das urnas, incomodando a corte ao encerrar um silêncio de 25 anos sobre as urnas eletrônicas. Uma série de documentos já foi solicitada pelos militares, sendo que, em uma das requisições mais recentes, pediram dados dos boletins de urnas dos anos de 2014 e 2018, o que já é disponibilizado no Portal dos Dados Abertos do TSE. Este tribunal, por sua vez, respondeu com o link onde as informações se encontram. As Forças Armadas solicitaram, com o carimbo

“urgentíssimo”, o acesso ao código fonte das urnas, o que também já está disponível desde 2021 às entidades fiscalizadoras. Segundo a colunista do *Correio Braziliense*, Denise Rothenburg, a decisão de expulsar o coronel demonstra a falta de diálogo entre as instituições e o meio político, visto que, por um lado, o Exército considerou a atitude “no mínimo indelicada”, o que levou o ministro a perder uma chance de diálogo, mas, por outro, os militares poderiam ter deixado clara sua intenção de substituir o coronel, o que teria evitado o desgaste. (Correio Braziliense - Política- 09/08/22; Folha de S. Paulo - Política - 09/08/22; O Estado de S. Paulo - Política - 09/08/22)

5- Tensões entre o TSE e os militares II

Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* chamou a atenção para os riscos de contaminação política das Forças Armadas, dada a instrumentalização do Ministério da Defesa e do Exército em prol de oferecer ao presidente da República, Jair Bolsonaro, elementos para lançar suspeitas absurdas sobre o sistema eleitoral brasileiro. O jornal criticou a má conduta do coronel Ricardo Sant’Anna nas redes sociais, uma vez que não se trata de um “comportamento esperado de um militar e, menos ainda, de alguém a quem foi confiada a importantíssima tarefa de atestar a segurança do sistema eletrônico de votação”. Para o *Estado* a situação é extremamente lamentável, haja vista que os militares não podem fazer militância política, pois “as Forças Armadas, como instituições de Estado, devem ser rigorosamente apolíticas, e os militares, nessa condição, devem guardar para si suas preferências políticas. Permitir o contrário é abrir as portas dos quartéis para a indisciplina, ferindo um dos pilares da vida militar”. Conforme publicado em reportagens pelos periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o Exército brasileiro criticou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e anunciou que não indicará substituto para a vaga do coronel Ricardo Sant’Ana, que foi excluído do grupo de militares que participa da fiscalização das eleições por divulgar *fake news* sobre as urnas eletrônicas. Por meio de uma nota, o Exército considerou a decisão da corte eleitoral unilateral e baseada em apuração da imprensa. A instituição concluiu a nota afirmando que, “o Exército não indicará substituto e continuará apoiando tecnicamente o MD [Ministério da Defesa] nos trabalhos julgados pertinentes”. De acordo com publicações da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa pediu que o TSE aprove a participação de mais nove militares na inspeção dos códigos-fonte do sistema eleitoral. O pedido foi realizado no mesmo dia em que a nota, na qual o Exército recusou a indicação de um substituto para Sant’Ana, foi publicada (10/08/22). Esses militares, conforme requisição da Defesa, atuarão na inspeção dos códigos-fonte das urnas eletrônicas temporariamente. Com isso, dentre os fiscalizadores, as Forças Armadas são a entidade que mais tempo passará inspecionando os códigos-fonte. (Correio Braziliense - Política - 11/08/22; Folha de S. Paulo - Política - 11/08/22; O Estado de S. Paulo - Notas e informações - 11/08/22; O Estado de S. Paulo - Política - 11/08/22)

6- Legisladores norte-americanos travam venda de mísseis ao Exército brasileiro

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o pedido de cerca de 220 mísseis antitanque Javelin pelo Exército brasileiro está parado há meses nos Estados Unidos da América, por preocupação política de legisladores

americanos com as falas antidemocráticas e os ataques ao sistema eleitoral feitos pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). O pedido no valor de US\$ 100 milhões foi feito enquanto o ex-presidente Donald Trump ainda ocupava a Casa Branca, no fim de 2021, com a aprovação do Departamento de Estado dos EUA. As informações foram passadas à agência Reuters, através de duas pessoas próximas ao assunto. Os mísseis ganharam fama após o uso pelas tropas ucranianas contra blindados russos, e vem causando preocupações no governo Biden, que está em alerta frente às declarações de Bolsonaro. O secretário de Defesa americano, Lloyd Austin, chegou a pedir “respeito à democracia do Brasil”, em uma reunião em julho, e o diretor da CIA, William Burns, afirmou à assessoria de Bolsonaro que deveriam “parar de minar a confiança no processo eleitoral do País”. Porém, os jornais avaliaram que o presidente ignorou as preocupações do governo americano, visto que realizou uma reunião com embaixadores estrangeiros na qual voltou a atacar as urnas, defendendo a contagem paralela de votos pelas Forças Armadas. O pedido de compra de mísseis levantou questionamentos do porquê o país precisaria desse tipo de armamento no momento, visto que as Forças Brasileiras se concentram na proteção das fronteiras do país e em realizar missões internacionais de paz. O pedido acabou travado em uma tentativa dos democratas americanos de enviar uma mensagem ao presidente Bolsonaro e às Forças Armadas brasileiras. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, apesar das tensões, os EUA ainda se mostram abertos à venda de armamentos ao Brasil, visto que o país “tem o direito de adquirir equipamentos militares como achar melhor”. (*Folha de S. Paulo - Mundo - 09/08/22; O Estado de S. Paulo - Internacional - 09/08/22*)

7- Repercussões da Carta em Defesa da Democracia

Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* avaliou as leituras das Cartas em defesa do regime democrático de direito, ocorridas no dia 11/08/2022, contextualizando que tal movimento ocorre em paralelo às tensões causadas por atos e discursos das Forças Armadas e do presidente da República em relação ao pleito de outubro. Foram lançados dois manifestos: um elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e outro pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP). Segundo o periódico, “o presidente Jair Bolsonaro envergonhou profundamente o País ao difamar a democracia” e acrescenta: a “leitura em defesa do regime democrático e do Judiciário mostrou que o País não está dividido em relação à democracia”. Em coluna opinativa ao *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo lembrou que a leitura feita em 2022 ocorreu em uma situação completamente diferente daquela vigente em 1977, quando um protesto na mesma Faculdade de Direito ocorreu durante o regime militar. O colunista argumentou que o poder moderador é exercido pelo Supremo Tribunal Federal, e não pelas Forças Armadas, “embora o atual ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, se comporte como se fosse xerife das eleições”. (*Correio Braziliense – Política – 12/08/22; O Estado de S. Paulo - Política - 12/08/22*).

8- Deputado federal identificou remuneração extraordinária de militares

De acordo com a reportagem do *O Estado de S. Paulo*, um levantamento feito pelo deputado do Partido Socialista Brasileiro de Goiás, Elias Vaz, revelou uma

série de “supersalários” dados aos militares da ativa em 2020, no auge da pandemia de covid-19, por meio de remuneração extraordinária. A remuneração alçou montantes que ultrapassam a casa do R\$ 1 milhão, explicou o periódico. O general Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil, por exemplo, recebeu R\$ 926 mil em apenas dois meses de 2020. Conforme publicação do *Correio Braziliense*, foi solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU) que barrasse o pagamento dos contracheques. Braga Netto é um entre vários casos da apuração que chamam a atenção. O ex-ministro teria recebido, além do salário mensal, o valor bruto de R\$ 925.950,40. Elias Vaz solicitou explicações do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ministro da Defesa, e afirmou: “a nossa preocupação é que Bolsonaro esteja utilizando esses benefícios como instrumento de cooptação de alguns setores das Forças Armadas, representando uma ameaça à democracia”. (*Correio Braziliense* - Política - 12/08/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 11/08/22).

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima